

LER — PARA QUÊ? — UMA CONVERSA ENTRE PROFESSORES*

Ligia Morrone Averbuck **

«No momento em que a escola perde suas forças próprias, uma larga opinião dela reclama a solução dos mais graves problemas da sociedade contemporânea: *uma redefinição da cultura, a integração da juventude*».

Michel de Certeau, *La culture au pluriel*.

Qualquer reflexão sobre as relações do aluno com a escola supõe que se identifique o espaço em que se situam os termos do problema: a realidade em que vive este aluno e da qual a escola é parte. Toda reflexão sobre a *cultura* hoje, no mundo ocidental, deve, inevitavelmente, considerar a realidade contemporânea, a existência de uma «cultura de massa», termo que, em falta de outro mais específico, adotamos quando nos referimos àquela que, através da indústria cultural, se propaga e, englobando a sociedade ocidental como um todo, transforma o mundo no que Mc Luhan denominou «aldeia global».

Utilizada de forma genérica, esta expressão se refere às formas culturais que, a partir do século XVIII, permitiram a larga difusão da comunicação social. Num sentido amplo, a cultura de massa teria nascido com Gutenberg; num sentido restrito, é filha da revolução industrial, emergindo aos fins do séc. XVIII, com a expansão dos jornais, do romance de folhetim, da opereta, do cartaz, que asseguram a multiplicação da comunicação, pondo em risco a exclusividade da obra de arte (conforme mostrou Walter Benjamin).

Assim, no momento da ascensão da burguesia, a cultura se vulgariza e democratiza, determinando mudanças nos padrões de gosto (de aristocrata a burguês), quando o livro e a leitura passam a ser do domínio de um público crescente. Cultura de massa, expansão da revolução industrial, do capitalismo

* Palestra proferida na Escola Normal Paulo da Gama, Porto Alegre, em 11 de agosto de 1981.

** Mestre em Letras; Doutoranda (USP); Professora do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS.

liberal e da sociedade de consumo vêm juntos: a estes elementos vão se associar a era da eletricidade e finalmente a era da eletrônica e o poder de penetração das informações e formas de comunicação torna-se irrefreável. Pensar em «cultura de massa» supõe refletir sobre todos estes aspectos em seu conjunto e nenhuma análise que subtraia algum de seus dados deixará de caminhar sobre pistas falsas.

É assim, na medida em que a cultura de massa está ligada ao fenômeno do *consumo*, que ela se instala, definitivamente, no século XX, quando o capitalismo não mais liberal, mas de organização (monopolista), cria as condições para uma efetiva sociedade de consumo (cimentada sobretudo por veículos como a TV, além do cinema, do rádio, dos *out-doors*; etc.).

De todos os veículos de cultura de massa é, sem dúvida, a TV o que tem o efeito maior sobre o homem, e isto não somente por sua força de atuação, como por sua difusão em todos os níveis da sociedade e por sua imediatividade. A rapidez com que a TV faz chegar o acontecimento integral aos espectadores é, talvez, uma de suas maiores forças impressivas e razão de seu maior sucesso. Em sua força de imediatismo e urgência, a TV — contrariamente à sensação de perenidade que o texto impresso oferece — propõe o *efêmero*, o *circunstancial*, no qual tudo passa a se envolver num magma indistinto, num mosaico onde também o homem se perde. Pela multiplicidade de estímulos indistintos, ela *não seleciona*, e a informação mais grave que diga respeito à sociedade ou à vida humana, pode vir ao lado da maior banalidade.

Rica e contraditória (lembre-se o «paraíso global») comparada com o que a leitura oferece, a TV muitas vezes se apresenta como um meio de informação (e diversão) infinitamente mais fácil e, freqüentemente, mais atraente. O mundo mágico do vídeo, invadindo as residências por um tempo elástico, faz com que a mensagem audiovisual se transforme em companheira permanente do homem moderno, parte do seu cotidiano, membro de sua família.

No entanto, não nos enganemos. Como bem nota L. C. Lisboa (1977, p. 41.2).

«O fato é que os chamados audiovisuais comunicam a um tempo limitado, enquanto a letra impressa está sempre disponível. Além disso, esta dispõe de uma credibilidade de documento, podendo ser consultada, exibida e guardada». E acrescenta: «o escrito é procurado pelos que o consomem, enquanto a comunicação audiovisual nos chega como uma visita»*

Assim é que, meio poderoso, suas características mais marcantes são responsáveis por sua penetração, já que, voltada para um público que deseja atrair, ela fala sobre o que lhe diz respeito, usando uma linguagem acessível. Contraditoriamente, se seu sucesso advém desta destinação à massa, esse aspecto encobre sua verdadeira utilização que é a de corresponder ao jogo de interesses de seus patrocinadores. Na sociedade capitalista, isto significa: o jogo do consumo.

Portanto, fazendo do espectador seu instrumento, num país de poucos leitores, a TV poderá tornar-se a grande «formadora» de mentes pouco críticas e sem defesas.

A cultura de massa, veiculada pelos canais da indústria cultural tem, inegavelmente, um efeito narcotizante, sendo buscada, sobretudo, como fuga da realidade, «distração». Oferecendo a diversão, na verdade, essas formas culturais podem mascarar realidades intoleráveis às quais servem de escape.

Podemos notar que, conforme um levantamento recente sobre a indústria cultural no Brasil, existem no país mais de 7 estações de TV para cerca de 13 milhões de receptores de TV, o que pode ser avaliado em uma audiência possível de 50 milhões de pessoas.(a)

Em contraposição, sabemos que existem 280 jornais diários (que não chegam a ser lidos por 4 milhões de pessoas). Quanto ao livro, sobre o qual voltaremos a falar, são lançados no mercado, anualmente, entre 4.000 e 6.000 títulos cujas tiragens oscilam entre 3.000 e 5.000 exemplares(a). O que acontece, no entanto, é que nestes números se incluem os livros didáticos (e técnicos) que ocupam cerca de 25% do total de exemplares publicados (e que, certamente, não podem ser considerados como material de «leitura», num sentido estrito). Com todos esses dados, no entanto, ainda se verifica que: 20% da população brasileira não ouve rádio; 50% não vê TV; 80% (pelo menos) não lê jornais ou revistas. Quanto aos livros, a situação é bem pior (os didáticos são lidos apenas por 25% da população, na melhor das hipóteses).

Como se vê, a leitura do livro, indiscutivelmente meio que oferece maiores dificuldades para o leitor, está em último lugar na escala das prioridades dos meios de comunicação de massa utilizados pelo brasileiro. Num país de tantas deficiências culturais, sociais e econômicas, se isso não é de espantar é, sem dúvida, razão para preocupação pelos que têm para a sociedade um projeto de humanização.

É ainda L.C. Lisboa (1977, p.13) quem observa que

«Se a literatura é mero passatempo para o homem comum, isto se deve (em parte) à indolência mental gerada pelo excesso de informações que ele recebe».

«Em meio a tanto lixo — a mente cansada perde a faculdade de selecionar — os valores se diluem e a *Divina Comédia* já não se distancia muito de uma fotonovela. Em busca do mais fácil, surge uma necessidade quase diabólica de divertimento leve.

O consumidor de banalidades está pronto para ser usado».

(a) Dados de 1971, fornecidos por Boletim da Câmara Brasileira do Livro.

Os afortunados alunos que ultrapassam essa barreira e descobrem o “prazer da leitura” são os que, através do convívio com os livros, se apossam dos meios para seu crescimento pessoal.

Ezequiel Silva (1981, p. 38 e 39) registra que

«as experiências conseguidas através da leitura, além de facilitarem o posicionamento do homem numa condição especial (o usufruto dos bens culturais escritos, por exemplo), são, ainda as grandes fontes de energia que impulsionam a descoberta, elaboração e difusão do conhecimento». E ainda: «Em outras palavras: a produção e divulgação da ciência e da cultura parecem caminhar por meio de veículos que se utilizam da expressão escrita».

No entanto, seria desejável e necessário que a possibilidade dessa experiência não se desse por um feliz acaso na vida de algumas pessoas, mas que fizesse parte de uma sábia e decidida programação da escola, em uma sociedade que fizesse dessa meta uma prioridade. Apesar disso, os estudiosos da questão (psicólogos, linguistas, filósofos, sociólogos) reconhecem que a leitura, outrora considerada simples meio de receber uma mensagem importante, realiza-se como um ato em que se desenvolve um processo de vários níveis e que contribui decisivamente para o desenvolvimento do intelecto, de vez que trabalha ao nível da *cognição* e da *linguagem*. Por esta razão, ela é uma forma, das melhores, de *aprendizagem*, um dos meios eficazes de desenvolvimento da *linguagem* e da *personalidade* (já que o trabalho sobre a linguagem é o trabalho sobre o homem).

Assim, as dificuldades encontradas para o desenvolvimento da linguagem, e que são o objeto da preocupação de todos nós, professores de Língua e Literatura, preocupação que deveria, na verdade, ser partilhada por todo educador, se centram no âmbito da questão da própria realidade em que está inserido o aluno, contemporâneo de uma sociedade desumanizada.

A dificuldade que verificamos na área da *compreensão* da leitura, por exemplo, não se vincula tão somente às diferenças de domínio dos mecanismos do próprio ato de ler, mas, também, à própria dificuldade do leitor (aluno) em atingir o mundo do outro, em sair de seu subjetivismo para partilhar de uma outra experiência.

Analisando a questão da leitura em sociedades ocidentais, R. Bamberger (1977), nota que «o elemento humanitário está enfraquecendo, que estão diminuindo as capacidades de partilhar uma *experiência* de simpatia e de avaliação». E acrescenta que «a maior compreensão tecnológica dificilmente compensará uma coisa dessas».

A regressão dos talentos da linguagem não decorre, por certo, apenas do interesse crescente pela tecnologia, mas pelo «excesso de informações», vindas dos estímulos visuais (sobretudo TV e HQ) que a criança recebe e, sem decodificação crítica, se não enfraquece sua imaginação, não a estimula. A massificação se faz pela ausência de um diálogo entre este jovem leitor e a realidade que o cerca.

Por conseguinte, há que se considerar a leitura como recurso maior contra esse por assim dizer «enfraquecimentos da linguagem», reflexo da ausência de um *diálogo* verdadeiro entre o leitor e a realidade que o rodeia.

Nestas circunstâncias, a leitura (e a literatura como extensão) aparece como forma possível de “resistência” num mundo dominado pela cultura de massa e pelo poder da informação, como caminho para a formação do *senso crítico*, da capacidade de *juízo*, daquele encontro e identidade com as próprias aspirações, oriundos da reflexão sobre a realidade, propiciado pela *leitura*.

A importância da *reflexão*, proporcionada pelo desenvolvimento da *compreensão* (que a leitura estimula e da qual é uma etapa) é salientada por Paul Ricoeur que, em *O conflito das interpretações* (1978. p, 19), escreve:

«A reflexão é uma crítica; não no sentido (Kantiano) de uma justificação da ciência e do dever, mas no sentido em que o *Cogito* só pode ser reapropriado mediante uma decifração (de nosso esforço) aplicada aos documentos da (de sua) vida.

A reflexão é a apropriação de nosso esforço por existir e de nosso desejo de ser, através das obras que testemunham esse esforço e esse desejo.»

Evidentemente, a tarefa de conduzir o aluno a esta reflexão não se apresenta como fácil, mas é também, evidentemente, o único caminho para reaproximá-lo de sua medida de humanidade e conhecimento do mundo e de si mesmo.

Diante desse quadro de realidade é que se coloca o professor de Língua Portuguesa ou de Comunicação e Expressão.

Recebendo um aluno que é «bombardeado» por uma cultura de massa, e que, pelos próprios valores da sociedade em que vive, não é estimulado a *ler*, ele deverá tentar *quebrar resistências* e despertar neste aluno o *desejo de ler* (que antecede à formação do «hábito de ler»).

Convicto de que «a crise da cultura» (em que se insere a crise da leitura) é parte de uma crise maior que é a do homem na sociedade, cabe ao professor encaminhar seus alunos para armarem suas defesas. Como numa guerra de guerrilha em que tudo é válido, o trabalho do professor precisa se fazer maciço e, se possível, tão forte quanto o é o da pressão exercida pela estrutura social em sentido contrário. E aqui abro um parêntese para lembrar que falo em sociedade num sentido geral e dele não excludo os pais que poderiam ser aliados da escola, mas que, assim como os professores, são objeto da mesma pressão.

A resposta a estas questões está contida, para nós, professores de Língua e de Literatura ou de Área de Comunicação e Expressão do ensino de 1º. e 2º. grau, na consciência de que é preciso dar, ao estudante, no que se refere à sua linguagem, condições de expressão de si mesmo, de tradução do mundo que o rodeia (compreensão) e de comunicação com o outro.

A expressão de si — oriunda do auto-conhecimento, da identificação dos próprios anseios e da formação da própria consciência — pode se fazer também

através da leitura, na medida em que o aluno puder ler textos (livros), que lhe falem de seu mundo, de seus sentimentos, emoções e desejos, em que se lhe ofereçam histórias que digam respeito à sua realidade (não apenas externa como interna). Bruno Bettelheim, em seu estudo sobre o contos de fadas, acentua o papel liberador que as histórias podem ter sobre o psiquismo infantil, ângulo em que a leitura surge como fonte de auto-conhecimento.

Por outro lado, é também via leitura que se atingirá outro nível do conhecimento, o conhecimento do mundo, o outro, obtido através de uma leitura feita para *informar-se* (cognitiva).

Neste caso, o efeito do desenvolvimento desta capacidade se estende a várias outras áreas do conhecimento e da vida do aluno, na medida em que, na escola atual, ela determina, em quase 100% dos casos, as possibilidades do êxito escolar e, muito possivelmente, *social*.

É esta mesma leitura «informativa» que amplia a possibilidade maior de expressão, pois só existe «expressão», quando se tem algo a dizer evidentemente. O vazio das redações escolares com que nos deparamos diariamente é proveniente, em quase 100% dos casos, deste «vazio cultural», desta «ausência de conteúdo», determinada pela falta de leitura e de exercício de reflexão. Isto porque é também decorrente este *vazio* da falta de senso *crítico*, que a leitura realizada num nível de maior profundidade poderia permitir. Ler e comparar, ler e julgar, ler e escolher, ler e avaliar a qualidade do que se leu, são processos e etapas a que o professor que deseja formar o discernimento do aluno, não pode se furtar. Não basta selecionar material para o aluno (e este é outro importante capítulo sobre o qual não vou poder me deter) e entregar a ele para que esse leitor o «digira».

É preciso, antes, esperar dele uma resposta — a de sua medida de avaliação do que lhe foi dado, sua crítica, sua relação com o texto, momento fundamental no processo.

E, *last but not least*, cumpriria não esquecer uma função da leitura sobre a qual ainda não tocamos, mas que não é menos essencial — a de alargar a imaginação do leitor. A imaginação, parceira da criação, assim, o ponto de partida e chegada do ensino libertador, aquele que deseja dar aos alunos elementos para sua auto-construção.

E é neste ponto que surge o papel fundamental da *literatura*, em todos os níveis do ensino, desde os contos de fadas aos textos literários mais complexos, e hoje se pode falar de literatura infantil desde as classes da escola maternal, como elemento desencadeante da fantasia, do sonho, da imaginação. A poesia e a ficção em geral podem dar expressão ao mundo interior e ao desejo de evasão do homem sem conduzi-lo, à alienação, porque a expressão da própria realidade e o conhecimento dos que nos são semelhantes não é evasão.

É a partir desta leitura, a do imaginário, que se pode formar o verdadeiro prazer da leitura, única forma capaz de conduzir a uma verdadeira necessidade de

ler. Isto significa, em princípio, leitura feita em liberdade, escolhida livremente e desenvolvida dentro do ritmo de cada um. E evito aqui falar em *hábito*, palavra de conotação prejudicada, porque associada à rotina, substituindo-a por *necessidade*, que é condição imperiosa, interna, e que, uma vez atendida, conduz à satisfação pessoal.

E satisfação plena é o que deve proporcionar a leitura bem conduzida por um professor consciente do *poder dessa leitura*, no mundo em que vive, com um compromisso social assumido para com os jovens que a sociedade lhe confiou.

Não tenho a pretensão de trazer respostas para a angústia que, acredito, a maioria dos colegas professores vive diante de sua responsabilidade. Quero apenas me associar a esta indagação e acrescentar minha convicção pessoal de que o primeiro passo para se encontrar as respostas é o de colocar as perguntas. Dentro delas estão as respostas que procuramos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAMBERGER, Richard. *Como incentivar o hábito de leitura*. São Paulo, Cultrix, 1977.
2. BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Lisboa, Edições 70, 1974.
3. GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
4. LISBOA, Luiz Carlos. *Olhos de ver, ouvidos de ouvir*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.
5. MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo, Anhembi, 1957.
6. RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro, Imago, 1978.
7. SILVA, Ezequiel Teodoro da. *O ato de ler*. São Paulo, Cortez, 1981.

(Recebido para publicação em 07.06.83)